

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.922 - SP (2019/0290422-4)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA FRANCA
ADVOGADO : PAULO LOPES DE ORNELLAS - SP103484
RECORRIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : LIGIA PEREIRA BRAGA VIEIRA E OUTRO(S) - SP143578

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Ordinário em Mandado de Segurança interposto por **MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA FRANCA**, com base nos arts. 105, II, *b*, da Constituição da República e 1.027, II, *a*, do Código de Processo Civil de 2015, contra acórdão proferido, por unanimidade, pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento de agravo regimental, assim ementado (fl. 2.083/2.092e):

AGRAVO REGIMENTAL. Mandado de segurança. Inconformismo relacionado à exclusão do writ em razão da decadência. Agravo objetiva, em verdade, debater decisão pretérita, que aplicou ao impetrante a sanção disciplinar.

Pleito revisional não possui o condão de obstar o transcurso do prazo extintivo do direito ora postulado. Eclusão do lapso decadencial de 120 dias. Súmula nº 430, do STF.

Decisão mantida. Agravo Regimental não provido.

Nas razões recursais, alega-se, em síntese, a não ocorrência do transcurso do lapso decadencial para impetração do *mandamus*, porquanto "como se nota, na fase administrativa havia decisão de mérito revisional impondo a manutenção da punição ilegal, donde se infere que dessa decisão governamental emanaram efeitos jurídicos, nos termos do Sumulado nº 473/STF, logo, da sua publicação é que se contaria o *dies a quo* para impetração do mandado de segurança e não da publicação da punição revisanda" (fl. 2.017e).

Afirma-se, ademais, que "como tal publicação deu-se em 24 de outubro de 2017 até 24 de fevereiro de 2018 poderia ser ajuizada a ação mandamental, sem ferir o disposto no artigo 23 da Lei federal nº 12.016/2009. Assim, considerada a data constante da

petição inicial (07/02/2018) não houve a propalada decadência." (fl. 2.017e).

Com contrarrazões (fls. 2.041/2.045e), subiram os autos a esta Corte (fl. 2.055e).

O Ministério Público Federal se manifestou às fls. 2.127/2.130e, opinando pelo improvimento do recurso.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

In casu, o tribunal de origem assentou a decadência para impetração do Mandado de Segurança, nos seguintes termos (fls. 2.083/2.092e):

As alegações trazidas nas razões de agravo não abalam os fundamentos da decisão recorrida, que deve prevalecer incólume.

Com efeito, a r. decisão consignou que:

"(...) Diante disso, em 5 de junho subsequente, interpôs Recurso Hierárquico (fls. 1875/1884) formulado perante o Governador do Estado de São Paulo, que igualmente deixou de conhecer o pedido formulado em 24 de outubro de 2017 (fl. 1942). Conforme bem pontuou o parecer da zelosa Procuradoria-Geral de Justiça o pedido de revisão de pena administrativa agora trazido a este e. Juízo por meio do writ constitucional, que não se lastreia em fato novo, equivale ao pedido de reconsideração, o qual não interrompe o prazo decadencial de 120 dias para a impetração de mandado de segurança (fl. 1988)".

Dessa forma, a decadência se mostra bem assentada na r. decisão agravada.

(...)

Ademais, somente a título de argumentação, consigno que a intenção do

impetrante é a reforma do resultado do processo administrativo que culminou na sua expulsão dos quadros da Polícia Militar.

E, conforme se depreende dos autos, não existe omissão da autoridade impetrada, uma vez que ela já decidiu sobre o pedido recursal (cf. fls. 1942).

O fato de o Governador do Estado de São Paulo não ter conhecido do pedido "devendo a decisão punitiva ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos", não significa que não realizou análise, mas apenas teve uma conclusão contrária à pretensão do impetrante.

Dessa forma, houve decisão e não omissão por parte do Governador, mesmo que não conhecendo do recurso.

Portanto, ressalvada a ausência de evidências sobre a necessidade de anulação do ato administrativo, eventual discussão sobre o mérito da sanção imposta não pode ser julgada pelo Poder Judiciário, por se tratar de matéria de ordem administrativa, não podendo haver ingerência de um poder sobre o outro.

Diante disso, ausentes razões a justificar a alteração do decidido, o improvimento deste agravo regimental se impõe como melhor medida.

Com efeito, extrai-se dos autos que o Impetrante, ora Recorrente, insurge-se contra a sanção imposta em 12.09.2014 (fl. 1e) e, tendo impetrado o mandado de segurança na origem em 07.02.2018, de rigor o reconhecimento de sua intempestividade, consoante espelham os julgados assim ementados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. DEMISSÃO. DECADÊNCIA CONFIGURADA. PEDIDO DE REVISÃO DO PAD REALIZADO EM 2013. IRRELEVÂNCIA.

- 1. Na espécie, postula-se o reconhecimento de vícios em Processo Administrativo Disciplinar e, por consequência, a nulidade de portaria demissória, publicada em 21 de outubro de 1999.*
- 2. Nos termos do art. 23 da Lei n. 12.016/09 (art. 18 da Lei n. 1.533/51), o prazo decadencial para a propositura do presente mandamus iniciou-se em 22 de outubro de 1999, sexta-feira, e findou-se em 18 de fevereiro de 2000, sexta-feira.*
- 3. Tendo o mandado de segurança sido impetrado em 12 de agosto de 2014, deve ser reconhecida a decadência do direito à impetração.*
- 4. Nos termos da Súmula nº 430/STF, o pedido de revisão não tem o condão de interromper o prazo decadencial para a impetração de mandado de segurança, mormente no caso dos autos, em que o pedido de revisão fora realizado em 09/08/2013, ou seja, muitos anos após o transcurso do prazo de 120 (cento e vinte) dias.*
- 5. Agravo regimental não provido.*

(AgRg no MS 21.292/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/04/2015, DJe 15/04/2015 - destaque meu).

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DEMISSÃO. PEDIDO DE REVISÃO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE ILEGALIDADE NO ATO QUE NÃO CONHECEU DO PEDIDO REVISIONAL. IRRESIGNAÇÃO CONTRA O PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR QUE RESULTOU EM SUA DEMISSÃO. DECADÊNCIA CONFIGURADA.

1. "O direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado" (art. 23 da Lei 12.016/2009).
2. Na hipótese, o ato impugnado seria a portaria editada em 1997, a qual determinou a demissão do impetrante do serviço público. A inicial aponta supostos vícios ocorridos há décadas, o que demonstra a utilização do mandado de segurança em manifesta inobservância do prazo decadencial.
3. Impõe-se o reconhecimento da decadência quando o impetrante objetiva, por via transversa, sem apontar eventual ilegalidade no ato que nega pedido revisional, a anulação do ato de demissão ocorrido há quase vinte anos. Precedentes.
4. Segurança denegada.

(MS 21.566/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/08/2015, DJe 03/09/2015 - destaque meu).

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PENALIDADE DE DEMISSÃO. DECADÊNCIA.

1. A publicação da portaria por meio da qual o ora impetrante foi demitido data de 16.11.09, enquanto a impetração do mandado de segurança em tela deu-se em 13.12.10, o que supera o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias estabelecido na Lei nº 12.016/09.
2. A decadência não é afastada pelo manejo de pedido de reconsideração, o qual, como é cediço, não tem o condão de suspender o prazo para a impetração do writ, conforme dispõe a Súmula 430 do Supremo Tribunal Federal, verbis: "Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança".
3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no MS 15.964/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/02/2011, DJe 22/02/2011 - destaque meu).

Posto isso, com fundamento no art. 932, IV, do Código de Processo Civil de

Superior Tribunal de Justiça

2015 e art. 34, XVIII, *b*, do Regimento Interno desta Corte, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Ordinário.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora